

Relatório de avaliação e diagnóstico para a implementação do Plano Municipal de Combate à Homofobia e Promoção de Direitos da População LGBT da cidade de Sorocaba, a ser encaminhado às instituições do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e às instituições da Sociedade Civil.

1º Eixo – Saúde, Segurança Pública

1 - Promover sensibilização e capacitação de conselheiros da saúde, gestores, gerentes públicos e profissionais da saúde sobre os efeitos da homofobia como elemento da vulnerabilidade que gera obstáculos ao acesso e à promoção da equidade em saúde da população LGBT, bem como incluir os conteúdos relacionados a essa população nos programas de educação permanente voltadas aos profissionais do SUS.

2- Assegurar a participação dos segmentos LGBT no Conselho Municipal da Saúde, bem como nas conferências de saúde, objetivando interferir na formulação de políticas públicas e atuar na defesa e controle social do SUS.

3 – Implementar e aperfeiçoar as ações de enfrentamento da epidemia de AIDS e outras DSTs junto à população LGBT e apoiar o plano de enfrentamento de feminização da epidemia de AIDS e outras DSTs, incentivando o teste precoce para HIV.

4 – Garantir a assistência de qualidade à saúde integral em todas as fases de vida, para as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais universal e integral, às terapias de produção assistida às mulheres lésbicas e bissexuais, em idade reprodutiva, e assistência urológica e proctológica para travestis, gays, bissexuais e outras que fazem sexo com homens, nos serviços municipal, dentro da perspectiva da Saúde Integral do Homem

5- Criação de serviço para implementar Assistência Interdisciplinar (hormonioterapia, assistências endocrinológicas, psicológicas) para as travestis e transexuais garantindo assim a saúde plena.

6 – Fomentar a realização de pesquisas e produção de conhecimento sobre insumos de prevenção as DST/AIDS voltadas à população LGBT.

7 – Criar estratégias de inserção da temática LGBT em todos os cursos de Direitos Humanos voltados à formação dos operadores de segurança pública e garantir a inserção dos militantes LGBT nessas formações, como por exemplo, promovendo encontros, seminários, oficinas, confecção de material didático-pedagógico, e que, num prazo de quatro anos, atinjam todas as Áreas do Governo Municipal

8 – Que a SECRETARIA DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA desenvolva pesquisa, para a consolidação de informações e estatísticas com recorte da comunidade LGBT e suas especificidades quanto aos crimes resultantes de atos homofóbicos no município de Sorocaba.

9 – Criar documentos de Identidade Social de travestis e transexuais como alternativa de identidade civil, contando com os dados destes.

10 – Propor que a SECRETARIA DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA viabilize canais de integração do movimento LGBT em participação, sensibilização e parceria com corregedorias e CONSEG e que seja criado um serviço on-line para registros e denúncias de casos de crimes decorrentes de homofobia.

2º Eixo – Educação, Cultura e Comunicação

1 – Propor que a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação elaborem, revejam e ampliem as diretrizes municipais que orientam o Sistema de Ensino, no sentido de desenvolver ações que promovam o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a fim de colaborar na prevenção e na eliminação de violência sexista e homofóbica.

2 – Propor para a Secretaria Municipal de Educação, produção e estímulo a confecção, a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos além de materiais específicos para a formação de profissionais da educação com vista ao reconhecimento e o respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, garantindo-se, inclusive, que a elaboração dos distintos materiais atenda às pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – superdotação, entre outros. Incluir nos programas de constituição e ampliação de acervos e bibliotecas escolares obras científicas, literárias, filmes e outros materiais que contribuam para a promoção do respeito e do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero para os públicos infanto-juvenis e adultos.

3 – Propor à Secretaria Municipal de Educação e as agências de fomento acadêmico estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituição, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimento que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

4 – Propor à Secretaria Municipal de Educação que adote medidas para assegurar a estudantes e profissionais da educação, travestis e transexuais o direito de incluir seus nomes sociais nos documentos oficiais emitidos pelas instituições de ensino e de usufruir das estruturas dos diferentes espaços escolares em igualdade de condições e em conformidade com suas identidades de gênero.

5 – Propor, fomentar, apoiar e realizar cursos interdisciplinares de formação inicial e continuada de profissionais, gestores da Educação, em particular, os professores de educação infantil, nas temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero para promover, nas escolas, o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, prevenir e enfrentar o sexismo e a homofobia considerando envolvimento de toda a equipe escolar. Adotar métodos educacionais, currículos, recursos pedagógicos, brincadeiras, brinquedos e outros materiais escolares voltados para criar um ambiente escolar seguro e educativo, sem discriminar orientação sexual e identidade de gênero.

6 – Criação de programa municipal de combate ao bullying homofóbico nas escolas.

- 7 – Garantir dotação orçamentária para campanhas publicitárias de combate à homofobia.
- 8 – Que os órgãos públicos financiem a realização da Parada também com a realização de outras manifestações artísticas e culturais que tratem da história de lutas do movimento social LGBT.
- 9 – Fomentar nas universidades, pesquisas nas áreas de arte, cultura popular, cultura imaterial e comunicação LGBT, com financiamento público, ou em parcerias com centros privados.
- 10 – Retomar o Festival de Cinema da Diversidade no calendário cultural do município.

3º Eixo - Participação, Controle Social e Direitos Humanos

- 1 - Criar Comissão Inter-setorial, formada pelo poder público municipal e representantes da sociedade civil para elaboração do plano municipal de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, transgênicos, travestis e transexuais.
- 2 – Fortalecer o movimento LGBT e as ONGs, por meio de ações de parcerias com o poder executivo em âmbito federal, estadual e municipal, em áreas de direitos humanos, Segurança Pública, Saúde, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Juventude e demais secretarias, para promover a dignidade humana da população LGBT, por conta da discriminação, e minimizar os impactos negativos que existem em torno da representação social que incide nessa população, criando o Conselho Municipal LGBT.
- 3 – Estimular a discussão nos Conselhos Municipais e a capacitação dos representantes da sociedade civil e dos servidores municipais, na temática LGBT.
- 4 – Fomentar a criação do Conselho Municipal de Direitos Humanos.
- 5 – Produzir material informativo relativo à lei n 10.948\01 para fortalecer os trabalhos de combate a discriminação homofóbica, a fim de conscientizar toda a sociedade divulgando também em todos os órgãos públicos.
- 6 – Convidar membros qualificados da militância LGBT para capacitar e sensibilizar os funcionários públicos, no que se refere ao atendimento LGBT.
- 7 – Promover a discussão, por meio de campanhas de mídias diversas, especialmente no que se refere aos direitos dos adolescentes em conflito com a lei no tocante a orientação sexual, questão de gênero e seus direitos.
- 8 – Ampliar e fortalecer os postos de recebimento de denúncia referentes à Lei Estadual nº 10.948\01.
- 9 – Possibilitar o recebimento de denúncias pessoais de discriminação homofóbica e também buscar alternativas para o acompanhamento técnico jurídico para os que não possuem recursos financeiros, por meio de parcerias com as universidades do curso de direito.

10 – Estabelecer, por meio de lei municipal, que equipamentos públicos e comerciais promovam e afixem placas da lei estadual 10.948\01 que pune a proibição da livre manifestação da afetividade independente da orientação sexual.

Moções

1ª Apoio

Nós, participantes da 1ª conferência municipal LGBT da cidade de Sorocaba, realizado em 20 de agosto de 2011, apoiamos o encaminhamento das travestis e mulheres trans a penitenciárias femininas ou à delegacia de mulheres, quando estas forem detidas ou enclausuradas.

2ª

Nós, participantes da 1ª conferência municipal LGBT da cidade de Sorocaba, realizado em 20 de agosto de 2011, apoiamos a campanha internacional pela despatologização das identidades trans (Travestis, transexuais e transgêneros) e sua retirada dos catálogos de doenças internacionais.

3ª

Revisão do Ministério da Saúde.

Nós, participantes da 1ª conferência municipal LGBT da cidade de Sorocaba, realizado em 20 de agosto de 2011, apoiamos a revisão da restrição de doação de sangue por parte da população de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, proposto pelo Ministério da Saúde.

Considerando a desconstrução do conceito de grupos de riscos e atendendo às novas perspectivas no reconhecimento dos sujeitos, os quais estão em condições para o fim supracitado ou em situação de risco, independente da orientação sexual e identidade de gênero.